



**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa NEXUS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada no ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços de cessão de uso de software destinado ao auxílio na formação e elaboração de cestas de preços para compras públicas do Município de Sulina/PR.

A impugnante insurge-se contra as disposições constantes no Termo de Referência, especificamente quanto à exigência de apresentação e demonstração do sistema, alegando que a necessidade de demonstração presencial e a atribuição dos custos de deslocamento, hospedagem e demais despesas à licitante configurariam restrição indevida à competitividade do certame.

Após análise técnica e jurídica da impugnação apresentada, não assiste razão à impugnante.

Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública, no exercício de seu poder discricionário e em observância ao interesse público, possui competência para estabelecer exigências técnicas necessárias à adequada avaliação do objeto licitado, desde que pautadas na razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve conduzir seus processos licitatórios observando, dentre outros, os princípios da eficiência, da economicidade, da motivação, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa. Tais princípios, contudo, não impedem a fixação de critérios técnicos destinados a assegurar que a solução ofertada efetivamente atenda às necessidades administrativas.

No caso em análise, a exigência de apresentação e demonstração prática do software não possui caráter restritivo indevido, mas sim caráter essencial de validação técnica da solução ofertada. A demonstração foi prevista com a finalidade de permitir que a equipe técnica do Município verifique, de forma objetiva e prática, o pleno atendimento das funcionalidades mínimas exigidas no Termo de Referência, incluindo pesquisa em bases públicas, formação de cestas de preços, emissão de relatórios, filtros de pesquisa, desempenho operacional, estabilidade e usabilidade da plataforma.





Importa destacar que a Administração elaborou checklist objetivo e previamente definido para avaliação da demonstração, contendo critérios técnicos claros, uniformes e isonômicos aplicáveis a todos os licitantes, afastando qualquer subjetividade na análise.

Ainda, a demonstração presencial mostra-se adequada e justificada, pois possibilita interação simultânea entre a equipe avaliadora e o representante técnico da empresa, permitindo testes em tempo real, esclarecimento imediato de dúvidas, validação operacional e análise aprofundada da ferramenta em ambiente controlado pela Administração. Tal procedimento confere maior segurança técnica à contratação e reduz riscos de aquisição de solução incompatível com as necessidades do Município.

Quanto aos custos de deslocamento, hospedagem, alimentação e demais despesas relacionados à apresentação, não há ilegalidade em sua atribuição à licitante, uma vez que tais custos constituem despesas operacionais inerentes à participação em certames licitatórios e à demonstração comercial/técnica da solução ofertada, devendo ser considerados na composição dos custos empresariais.

Ressalta-se que o Município, por sua vez, também contribui para a realização da demonstração ao disponibilizar espaço físico e infraestrutura básica necessária, tais como mobiliário, energia elétrica, acesso à internet e equipamentos disponíveis, inexistindo transferência integral de ônus à licitante.

Ademais, a exigência impugnada não impede a participação de empresas de outras regiões, tampouco restringe a competitividade de forma injustificada, uma vez que a demonstração será exigida apenas na fase de validação da proposta classificada, e não como requisito prévio de habilitação para todos os participantes.

Assim, não se verifica afronta aos princípios da isonomia, competitividade ou razoabilidade, mas sim medida legítima adotada pela Administração para resguardar o interesse público e assegurar a contratação de solução plenamente compatível com as necessidades do Município.

Diante do exposto, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e nas razões técnicas acima expostas, decide-se pelo INDEFERIMENTO da impugnação apresentada pela empresa NEXUS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, mantendo-se integralmente as disposições do Edital e do Termo de Referência.

Sulina/PR, 18 de junho de 2026.





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SULINA

[www.sulina.pr.gov.br](http://www.sulina.pr.gov.br) | [prefeitura@sulina.gov.br](mailto:prefeitura@sulina.gov.br)



Nome: Francimara Pires  
Klassen  
CPF: \*\*\*.637.459-\*\*

Assinado com certificado digital avançado

Francimara Pires Klassen

Setor de Contratações

Documento assinado digitalmente em 18/06/2026 16:40:29  
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/c62e0> para  
verificar a autenticidade.

